

Capítulo 2

Expansão do sindicalismo do setor público na CUT

Sidney Jard da Silva

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

SILVA, SJ. Expansão do sindicalismo do setor público na CUT. In: *Companheiros servidores: o sindicalismo do setor público na CUT* [online]. São Bernardo do Campo, SP: EdUFABC, 2015, pp. 49-83. ISBN: 978-85-68576-83-0. Available from: doi: [10.7476/9788568576830](https://doi.org/10.7476/9788568576830). Also available in ePUB from: <http://books.scielo.org/id/jnrq6/epub/silva-9788568576830.epub>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

CAPÍTULO 2

EXPANSÃO DO SINDICALISMO DO SETOR PÚBLICO NA CUT¹

Em um artigo publicado no semanário do Partido dos Trabalhadores, *Linha Direta* (27 de setembro a 3 de outubro de 1997), João Felício, diretor do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo – APEOESP, recém-eleito secretário-geral da CUT, apresentou um breve balanço do crescimento da Central nos três anos que antecederam o VI CONCURTO:

Inicialmente é importante ressaltar o crescimento da CUT no período compreendido entre o 5º e o 6º CONCURTO. Tivemos um aumento de 27% no número de sindicatos filiados, passando de 2.009 sindicatos, em 1994, para 2.558 em 97; o número de trabalhadores na nossa base cresceu 31%, passou de aproximadamente 17,5 milhões para 19,5 milhões. O número de sindicalizados também aumentou, tanto em termos absolutos quanto relativos: éramos 4.103.824 – 23,5% de sindicalizados em relação à base – e passamos para 6.056.064 – 31% de sindicalizados em relação à base. (*Linha Direta*, 27 de setembro a 3 de outubro de 1997)

Os números apresentados são significativos, especialmente se considerarmos que, nas últimas décadas, na maioria das economias ocidentais, as taxas de sindicalização tendem à estagnação ou ao declínio (Martins Rodrigues, 1998; 1999). Entretanto, para termos uma visão mais exata do crescimento do sindicalismo cutista no final do século XX, é necessário analisarmos mais detalhadamente os dados fornecidos pelo secretário-geral da Entidade.

Antes, cumpre investigar em quais setores de atividade o sindicalismo-CUT encontrou mais espaço para crescer, e quais fatores estruturais e/ou conjunturais influenciaram neste crescimento. Infelizmente, não encontramos na produção acadêmica e sindical dados completos referentes ao ano de 1994, citado no artigo escrito pelo ex-presidente da APEOESP. Assim, para aferir o crescimento da Central em número de sindicatos e sindicalizados por setor de atividade, optamos por confrontar os dados utilizados originalmente nos trabalhos de Comin (1994) e Jácome Rodrigues (1993), referentes ao

1. Parte dos dados apresentados neste capítulo foi publicada na *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 16, n. 46, junho/2001, pp.130-146 e na *Government Union Review*, 21, 2, junho/2003, pp. 35-58.

ano de 1993, com os dados fornecidos pela Central relativos ao mês de novembro de 1997.

A CUT por setor econômico

Segundo dados apresentados por Comin (1994: 384), em junho de 1993, dos 1.912 sindicatos filiados à CUT, 857 (44,8%) representavam trabalhadores do setor de serviços; 635 (33,2%) do setor rural; e 420 (22%) do setor industrial. Nesse mesmo ano, os associados aos sindicatos do setor de serviços eram responsáveis por 55% do total de sindicalizados representados pela Central, o setor industrial respondia por 27% e o setor rural pelos 18% restantes (Jácome Rodrigues, 1993; 1997).

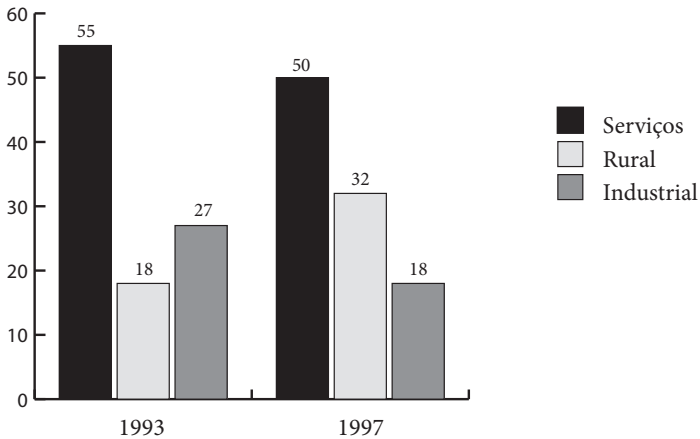
Quatro anos depois, encontramos significativas diferenças na composição da CUT por setor de atividade, especialmente no que se refere ao peso relativo dos sindicalizados do setor rural e industrial. Analisando dados fornecidos pela CUT, referentes ao mês de novembro de 1997, verificamos que entre os 2.453 sindicatos filiados 1.117 (45,54%) estavam no setor de serviços; 874 (35,63%) no setor rural; e 462 (18,83%) no setor industrial.²

O setor rural e o de serviços foram os principais responsáveis pelo crescimento do número de sindicatos filiados à CUT nos últimos anos, o primeiro apresentando um crescimento de 37,64% e o segundo, de 30,34% em relação ao ano de 1993. O setor industrial, por sua vez, no mesmo período, apresentou um crescimento de apenas 10% no número de sindicatos filiados à Central.

Neste ponto, é importante salientar que, enquanto o crescimento do número de sindicatos do setor de serviços foi apenas suficiente para manter o peso relativo dos associados deste setor na Central, o aumento do número de sindicatos do setor rural foi acompanhado por uma significativa inversão no peso relativo dos sindicalizados do setor rural e industrial no interior da CUT:

2. Excluímos do total de entidades filiadas as federações, confederações e uma associação de aposentados e pensionistas. No total, a Listagem de Entidades Filiadas fornecida pela CUT somava 2.520 entidades sindicais.

GRÁFICO 1 - CUT por setor econômico, considerando o número de sindicalizados (%)



Fontes: *Informacut* n.º 209, fevereiro de 1993 (*apud* Jácome Rodrigues, 1997); CUT, Listagem Entidades Filiadas, novembro de 1997.

*Os dados de 1997 não incluem associações de aposentados.

Como podemos observar no Gráfico 1, entre 1993 e 1997, não houve uma alteração significativa no peso proporcional do setor de serviços no sindicalismo cutista, o qual permanece responsável por mais da metade do total de sindicalizados à CUT. A novidade está no aumento do peso relativo dos trabalhadores do setor rural. Os associados dos sindicatos de trabalhadores rurais que em 1993 representavam apenas 18% dos sócios da Central, em 1997 passaram a representar 32% dos sindicalizados. Inversamente, o setor industrial, que em 1993 representava 27% dos trabalhadores associados à CUT, teve seu peso reduzido para pouco mais de 18% em 1997.

Em parte, como vários autores já observaram, o peso dos sindicatos por setor econômico na CUT acompanha as tendências mais gerais do mercado de trabalho, no sentido do crescimento do setor de serviços e retração do setor industrial (Jácome Rodrigues, 1997; Nogueira, 1999). Contudo, há outro fator que contribuiu para a redução do peso relativo do setor industrial no interior do sindicalismo cutista: o aumento do número de sindicatos e sindicalizados do setor rural. Neste ponto, é importante observar que, em larga medida, este crescimento está relacionado à filiação da Confederação

Nacional dos Trabalhadores da Agricultura – CONTAG – à CUT em agosto de 1995 (*Informacut*, n.º 257, setembro de 1995).³

Assim, podemos associar o crescimento da CUT nos quatro anos que antecederam o VI Congresso da Central a dois tipos de fatores: o primeiro, que podemos chamar de estrutural, corresponde ao próprio crescimento do setor de serviços nas sociedades capitalistas contemporâneas; o segundo, conjuntural, deve-se, essencialmente, à filiação da CONTAG. Realizada esta breve análise do crescimento da CUT por setor de atividade, podemos agora, a partir dos dados coletados referentes ao ano de 1997, avançar em nossa pesquisa, procurando identificar qual é o peso dos trabalhadores do setor público no sindicalismo cutista.

Em um conhecido e minucioso trabalho sobre o III Congresso Nacional da CUT – III CONCUR, no qual já chamava atenção para a força da CUT nas camadas assalariadas do setor estatal, Martins Rodrigues (1990:115-117) dividiu a influência da Central em três grandes setores econômicos:

- 1) setor estatal – telefônicos; petroleiros; trabalhadores em processamento de dados; trabalhadores nas indústrias urbanas (gás, eletricidade, água e esgoto); funcionalismo público (administração pública federal, estadual e municipal); saúde, educação (professores de primeiro, segundo e terceiro grau e servidores das universidades e dos estabelecimentos do ensino da rede pública) e previdenciários;
- 2) setor privado – trabalhadores rurais; químicos e petroquímicos; metalúrgicos e trabalhadores no ramo de vestuário;
- 3) setor de serviços – transporte (aéreo, marítimo-fluvial, metroviário, ferroviário); comerciários (hotelaria, comércio varejista e atacadista, autônomos, turismo, armazéns e empregados de estabelecimento de saúde); bancários e empregados no setor financeiro.

A classificação proposta por Martins Rodrigues (1990) teve como objetivo aferir a influência da CUT por setor econômico. Entretanto, acreditamos que, realizando algumas adaptações, também é possível, a partir de uma classificação similar, mensurar o peso relativo do setor público e privado na CUT. ⁴

3. Como sabemos, a filiação de uma confederação à CUT não implica necessariamente na filiação dos sindicatos a ela associados, no entanto, certamente contribui, ou até mesmo motiva, esta filiação. É o que parece ter acontecido no caso da filiação da CONTAG.

4. A classificação utilizada por Martins Rodrigues (1990) tem como fonte o documento “Perfil de Representação da Central Única dos Trabalhadores”, elaborado por assessores da CUT e do DIEESE, sob a coordenação de Sílvia Portella, Flávio Pachalski e Suzana Sochaczewska. Também encontramos uma versão atualizada e revisada deste documen-

As principais adaptações que realizamos na classificação original foram: 1) dividir o setor privado em dois setores: industrial e rural; 2) transferir a categoria de metroviários para o setor estatal; 3) incluir na classificação inicial algumas categorias que não foram citadas pelo autor, mas que têm uma presença importante no sindicalismo cutista: no setor industrial – alimentação, construção, papel/papelão, borracha, plástico e vidro; no setor de serviços – comunicação, publicidade, jornalismo, difusão artística e cultural, profissionais liberais e técnico científicos; e no setor estatal – extrativismo.

Esta classificação é relativamente arbitrária, pois em diversos setores de atividade podemos encontrar trabalhadores tanto do setor público quanto do setor privado. Como sabemos, não apenas no Brasil, mas em todo o mundo é comum alguns sindicatos representarem empregados do Estado e da iniciativa privada, o que torna praticamente impossível traçar uma delimitação exata entre o sindicalismo do setor público e privado.⁵ Sendo assim, o que denominamos de setor estatal, na verdade, corresponde às atividades em que o modo de produção de bens e serviços estatal predomina, ainda que a iniciativa privada também possa estar presente.⁶

Contudo, como este livro trata do sindicalismo, é importante notar que, nos setores onde coexistem trabalhadores do setor público e privado, a sindicalização dos primeiros tende a ser maior do que a dos últimos. Assim, julgamos que seja realmente pequena a presença dos sindicalizados de empresas privadas entre aqueles que, neste livro, classificamos no setor estatal.⁷ A Tabela 7, a seguir, apresenta dados referentes ao V CONCUR que confirmam essas proposições:

to em *Retrato da CUT* (Martins Rodrigues *et al.*, 1991).

5. Nos Estados Unidos, por exemplo, o Service Employees International Union – SEIU – definia sua base de representação da seguinte forma: “trabalhadores dos sexos masculino e feminino empregados em quaisquer das fases do trabalho privado, sem fins lucrativos ou público [...] ou que estão ligados a manutenção, serviços, proteção, operação de todos os tipos de instituições [...] sejam elas privadas, públicas ou sem fins lucrativos, e todas as categorias de empregados nelas ou próximo a elas” [No original: “*workers, male or female, who are employed in any phases of private, non-profit, or public employment ... or who are engaged in the maintenance, servicing, protection or operation of all types of institutions... whether private, public, or nonprofit and all categories of employees therein or thereabout*”] (Constitution and Bylaws, Service Employees International Union, AFL-CIO, CLC, Art. 3, sec.1. *apud* Stieber, 1973:4). Mais recentemente, o maior sindicato britânico em número de membros, o UNISON, formado pela fusão de três sindicatos de funcionários públicos, “em razão das privatizações” organiza tanto trabalhadores do setor público, quanto do privado (Martins Rodrigues, 1998:15).

6. Conforme argumenta Singer (1998:137-140), em uma sociedade capitalista coexistem diversos modos de produção, entre os quais “a produção simples de mercadorias”, “a produção pública (estatal ou privada)”, “a produção doméstica”, “a produção cooperativa” e a produção capitalista propriamente dita.

7. Consequentemente, é necessário observar que em alguns ramos de atividade, por

Como podemos observar na Tabela 7, é possível encontrar trabalhadores dos setores público e privado em praticamente todos os ramos de atividade do sindicalismo cutista. Entretanto, em ramos como o do funcionalismo, da saúde, da educação e nos urbanitários, quase 90% dos delegados eram trabalhadores do setor público. Inversamente, entre os trabalhadores na construção civil, metalúrgicos e rurais, mais de 90% dos congressistas eram oriundos do setor privado. Já no ramo financeiro e de transportes, é significativa a presença tanto de trabalhadores de empresas públicas, quanto de empresas privadas. Assim, por exemplo, em transportes 52,2% dos delegados presentes no V CONCURT eram do setor privado e 47,8% do setor público; enquanto no ramo financeiro 64,1% dos delegados eram do setor público e 35,4% do setor privado.

Como vemos, a divisão por ramo de atividade dos delegados ao V CONCURT é perfeitamente compatível com a classificação dos setores econômicos proposta neste livro. A única ressalva a ser feita refere-se ao ramo financeiro, no qual, mesmo predominando os bancos privados, a maioria dos congressistas era de bancários do setor público. Assim, em nossa pesquisa, encontramos os seguintes números sobre o sindicalismo cutista por setor de atividade: setor estatal – 4.688.430 na base; 1.982.076 sindicalizados e 1.803.329 sócios quites; indústria – 2.214.915 na base, 834.379 sindicalizados e 653.137 sócios quites; serviços – 4.200.767 na base, 1.221.977 sindicalizados e 899.080 sócios quites; rural – 7.255.096 na base; 1.855.198 sindicalizados e 522.174 sócios quites.

exemplo, o financeiro e o de transportes, ainda que os trabalhadores em empresas privadas sejam majoritários, a presença de trabalhadores do setor público entre os ativistas do sindicalismo cutista é expressiva. Contudo, mesmo considerando este fato, seguindo-se a classificação adotada por Martins Rodrigues (1990) e Martins Rodrigues e colaboradores (1991), optamos por não incluir estes ramos no setor estatal. Assim, é provável que o peso relativo do setor público neste livro esteja subestimado, entretanto, acreditamos que este fato não enfraquece nossa proposição sobre a importância dos servidores públicos e empregados em empresas estatais no sindicalismo cutista; ao contrário, contribui para sustentá-la.

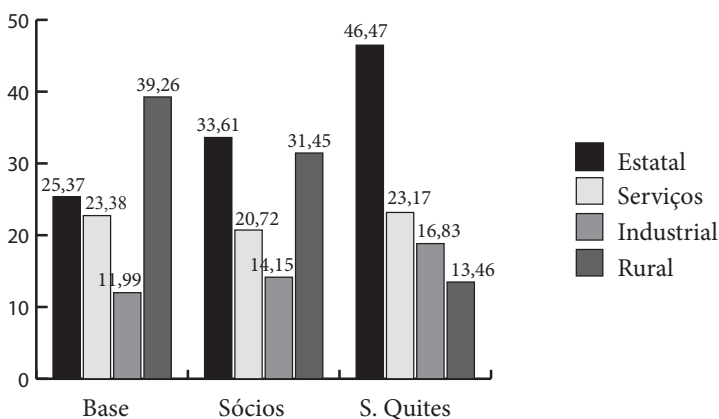
TABELA 7 - Tipo de empresa em que trabalhavam e ramo de atividade econômica dos delegados ao V CONCURTO (%)

RAMO DE ATIVIDADE	PRIVADA	ESTATAL	AUTARQUIA, FUND. E SERV. PÚBLICO	PROPRIEDADE RURAL	OUTROS *	TOTAL	N
Funcionalismo	0,8	8,6	90,6	0,0	0,0	100,0	128
Saúde	8,9	3,6	85,7	0,0	1,8	100,0	112
Educação	8,8	15,8	74,0	0,0	1,4	100,0	354
Transportes	52,2	39,1	8,7	0,0	0,0	100,0	46
Urbanitários	4,3	88,5	7,2	0,0	0,0	100,0	69
Construção	91,5	2,1	4,3	2,1	0,0	100,0	47
Financeiro	35,4	62,6	1,5	0,0	0,5	100,0	198
Rurais	2,5	0,8	0,8	95,9	0,0	100,0	118
Metalgúrgicos	98,6	0,7	0,0	0,0	0,7	100,0	153

* Este número se refere aos que trabalham no setor público e privado.
 Fonte: Desep/Cebrap - "Pesquisa Perfil e Opiniões dos Delegados ao V CONCURTO"

O Gráfico 2, a seguir, representa o peso relativo dos setores econômicos na CUT, considerando o número de trabalhadores na base, o número de sócios dos sindicatos e o número de sócios quites por setor de atividade econômica.

GRÁFICO 2 - CUT por setor econômico (estatal, serviços, industrial, rural) considerando o número de trabalhadores na base, sócios e sócios quites



Fonte: CUT, Listagem Entidades Filiadas, novembro de 1997.

O Gráfico 2 demonstra que cerca de 40% dos trabalhadores da base sindical cutista são do setor rural; 25% do setor estatal; 23% do setor de serviços e apenas 12% do setor industrial. Os dados referentes ao peso dos setores econômicos em relação ao número de sindicalizados, por sua vez, revelam uma significativa inversão na posição dos trabalhadores do setor público e do setor rural em relação à base cutista. Enquanto os trabalhadores rurais diminuem seu peso entre os trabalhadores sindicalizados – passam de 40% na base para 31% dos sócios –, os trabalhadores do setor público fortalecem sua presença entre os sindicalizados da Central – saltam de 25% da base para 34% dos sócios. Já os trabalhadores do setor de serviços e indústria, excluindo deste setor os empregados em empresas e serviços públicos, praticamente não alteram seu peso entre os sócios da CUT; respectivamente, 20,72% e 14,15%.

Contudo, os dados mais significativos sobre o peso dos trabalhadores do setor público na CUT referem-se à categoria de sócios quites, ou seja, à proporção de trabalhadores potencialmente em condições de participar

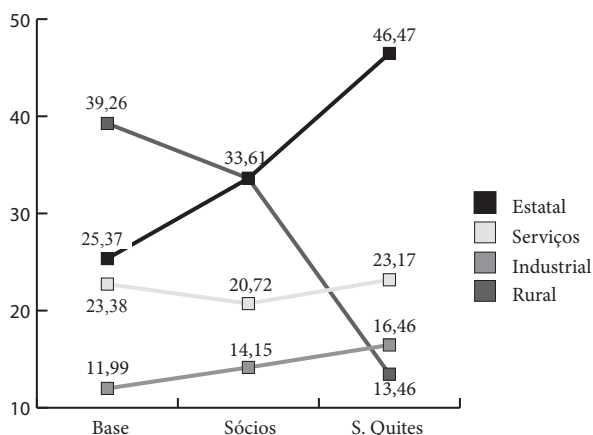
das instâncias decisórias e dos organismos dirigentes da Central.⁸ Entre os sócios quites os trabalhadores do setor público, praticamente, dobram seu peso no sindicalismo cutista: se na base da CUT eles são apenas 25% dos trabalhadores, entre os sócios quites eles são cerca 47%. Em seguida vêm os trabalhadores do setor de serviços: 23,17%; os trabalhadores do setor industrial: 16,83% e, finalmente, os trabalhadores rurais perfazendo 13,46% do total de sindicalizados quites com a Central.

Ao que tudo indica, o peso dos setores econômicos entre os sócios quites da CUT também exerce grande influência na composição da direção da Central. Assim, por exemplo, o reduzido peso dos trabalhadores rurais nos organismos dirigentes da CUT deve-se, muito provavelmente, à baixa presença destes trabalhadores entre os sócios quites da Entidade. Já a forte presença dos servidores públicos e empregados em empresas estatais nos organismos dirigentes da CUT está relacionada à significativa presença destes trabalhadores entre aqueles que efetivamente contribuem para a sustentação financeira da CUT.

Assim, se considerarmos que na “base” estão os trabalhadores com menor potencial de intervenção nas decisões políticas da CUT e, inversamente, entre os sócios quites estão os trabalhadores como maior potencial para intervir nas decisões da Central, percebemos que os trabalhadores do setor público aumentam sua presença entre aqueles, potencialmente, aptos a intervir nas instâncias decisórias e nos organismos dirigentes da Entidade. Já os trabalhadores do setor rural têm forte presença na base da CUT, tendem a diminuir sua presença entre os trabalhadores com maior possibilidade de intervir nos rumos da central, isto é, entre aqueles que participam dos congressos, das plenárias e da composição da direção da entidade. Os trabalhadores do setor de serviços e industrial, por sua vez, apresentam pouca alteração no peso que representam na base e entre os sócios quites da CUT.

8. O número de sócios quites é também a categoria mais confiável para aferir o peso dos setores econômicos na CUT, pois neste caso a Central tende a ser mais rigorosa no acompanhamento dos números declarados pelos sindicatos. É a proporção de sócios quites que determina a participação das delegações cutistas nos principais eventos da central, entre os quais o congresso nacional, que elege a direção da Entidade.

GRÁFICO 3 - CUT por setor econômico, considerando número de trabalhadores na base, sócios e sócios quites (%)



Fonte: CUT, Listagem Entidades Filiadas, novembro de 1997.

A partir da classificação adotada neste livro, também constatamos que a taxa de sindicalização média do setor estatal é maior do que a verificada em outros setores de atividade representados pela CUT. Com efeito, o setor estatal não apenas apresenta o maior número de sindicalizados em relação base: 42,28% (contra 37,67% do setor industrial; 29,09% dos serviços e 25,57% do setor rural), como também lidera a taxa de sindicalização, quando consideramos apenas os sócios quites com a Central: 38,46% (contra 29,49% do setor industrial; 21,40% do setor de serviços e apenas 7,20% do setor rural).

TABELA 8 - CUT - Densidade Sindical por Setor Econômico

SETOR	BASE	SÓCIOS	%
Estatal	4.688.430	1.982.076	42,28
Industrial	2.214.915	834.379	37,67
Serviços	4.200.767	1.221.977	29,09
Rural	7.255.096	1.855.198	25,57
Aposentados	120.000	4.500	3,75
TOTAL	18.479.208	5.898.130	31,92

TABELA 9 - CUT - Densidade Sindical por Setor Econômico, considerando número de sócios quites

SETOR	BASE	S. QUITES	%
Estatal	4.688.430	1.803.329	38,46
Industrial	2.214.915	653.137	29,49
Serviços	4.200.767	899.080	21,40
Rural	7.255.096	522.174	7,20
Aposentados	120.000	3.000	2,50
TOTAL	18.479.208	3.880.720	21,00

Os 25 maiores por setor econômico

A importância do setor público na CUT também pode ser constatada quando consideramos os maiores sindicatos filiados à central por número de sindicalizados e sócios quites. Em uma relação dos 25 maiores sindicatos filiados à CUT apresentada por Martins Rodrigues (1997), referente ao ano de 1993, seis eram de bancários, seis de professores, cinco de metalúrgicos, dois de empregados em transportes, dois de previdenciários, um de químicos, um de servidores públicos, um de eletricitários e um de trabalhadores de serviços urbanos. Portanto, de acordo com a classificação adotada neste livro, 11 (44%) dos 25 maiores sindicatos cutistas estavam no setor estatal, e perfaziam 42% dos sócios dos maiores sindicatos filiados à central.

TABELA 10 - Os 25 maiores sindicatos filiados à CUT – 1993

SINDICATO OU ASSOCIAÇÃO	UF	SÓCIOS
1 Assoc. dos Professores do Ensino Oficial de S. Paulo	SP	105.000
2 Sind. dos Metalúrgicos do ABC	SP	103.900
3 Sind. dos Bancários de S. Paulo	SP	101.000
4 Sind. Único dos trabalhadores da Educação de BH	MG	47.326
5 Sind. dos Trabalhadores em Educação de Salvador	BA	45.263
6 Sind. dos Condutores de Veículos Rodoviários de SP	SP	44.000
7 Sind. dos Bancários do Rio de Janeiro	RJ	42.000
8 Sind. dos Previdenciários do Rio de Janeiro	RJ	40.229
9 Sind. dos Trab. nas Ind. Quim. Plásticos de SP	SP	28.908
10 Sind. dos Bancários de Salvador	BA	24.000
11 Sind. dos Trab. em Transp. Rodoviário de Salvador	BA	21.284
12 Sind. dos Professores de Brasília	DF	20.720
13 Sind. dos Bancários de BH	MG	19.700
14 Sind. dos Servidores Pub. Federais	DF	18.771
15 Sind. dos Bancários de Porto Alegre	RS	18.700
16 Sind. dos Metalúrgicos de S. José dos Campos	SP	18.500
17 Sind. dos Servidores da Educação (Sindfuse)	SP	18.025
18 Sind. dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro	RJ	17.000
19 Sind. dos Previdenciários de S. Paulo (aprox.)	SP	15.000
20 Sind. dos Metalúrgicos de Contagem (aprox.)	MG	15.000
21 Sind. dos Eletricitários de Campinas (aprox.)	SP	15.000
22 Sind. dos Bancários de Recife	PE	14.757
23 Sind. dos Trabalhadores em Educação de Natal	RN	14.070
24 Sind. dos Metalúrgicos de Porto Alegre	RS	14.000
25 Sind. dos Trab. de Água, Esgoto e Meio Ambiente	SP	13.917
TOTAL		836.070

Fonte: Martins Rodrigues (1997a)

Contudo, se a presença dos sindicatos do setor público já era expressiva em 1993, tornou-se ainda mais significativa em 1997, conforme podemos constatar na Tabela 11, a seguir:

TABELA 11 - Os 25 maiores sindicatos filiados à CUT – 1997

SINDICATO OU ASSOCIAÇÃO	UF	SÓCIOS
1 Assoc. dos Professores do Ensino Oficial de S. Paulo	SP	150.386
2 Sind. Trab. Ind. Metalúrgicas do ABC	SP	96.780
3 Centro dos Professores do Estado - Sind. Trab. Educ.	RS	82.792
4 Sind. dos Bancários de São Paulo	SP	69.943
5 Sind. Único Trab. Em Educação	MG	50.000
6 Sind. Trab em Educação - APLB	BA	49.408
7 Sind. dos Previdenciários	RJ	40.512
8 Sind. dos Professores das Redes Pub. Estadual e Municipal	PR	38.792
9 Sind. dos Bancários	RJ	37.000
10 Sind. Est. dos Profissionais da Educação	RJ	34.200
11 Sind. Trab. Ind. Metalúrgicas	RJ	28.000
12 Sind. dos Professores	DF	27.044
13 Sind. Trab. Ind. Metalúrgicas	SP	27.032
14 Sind. Trab. Ind. Urbanas	RJ	26.835
15 Sind. Trab. em Educação	PE	26.385
16 Afuse - Sind. Func. Serv. da Educação	SP	25.904
17 Sind. dos Professores	MG	25.583
18 Sind. Empreg. no Comércio	BA	25.476
19 Sind. Serv. Pub. em Saúde	SP	25.000
20 Sind. Trab. em Educação	AL	23.148
21 Sind. Trab. no Ensino Público	MT	20.735
22 Sind. dos Profissionais em Educ. no Ensino Municipal	SP	20.600
23 Sind. Trab. em Educação	CE	20.100
24 Sind. Serv. Pub. Municipais	SP	20.000
25 Sind. Trab. em Transp. Rodoviários	ES	20.000
TOTAL		1.011.655

Fonte: CUT/1997

Entre os 25 maiores sindicatos filiados à CUT em novembro de 1997, verificamos que 14 são de trabalhadores na educação (professores e/ou funcionários), três são de metalúrgicos, dois de bancários, um de empregados no comércio, um de servidores públicos na saúde, um de servidores

públicos municipais, um de trabalhadores em transporte rodoviários, um de trabalhadores em indústrias urbanas e um de previdenciários; sendo assim, 17 (68%) dos 25 maiores sindicatos filiados à CUT em novembro de 1997 representavam, predominantemente, trabalhadores do setor público, perfazendo 67% da soma de sindicalizados destes sindicatos.

Além disso, se considerarmos apenas as 25 maiores entidades sindicais por sócios quites, o número de sindicatos do setor estatal aumenta para 18 (72%), perfazendo a expressiva porcentagem de 70% do total de sócios quites filiados aos maiores sindicatos cutistas.

TABELA 12 - Os 25 maiores sindicatos filiados à CUT, por sócios quites – 1997

SINDICATO OU ASSOCIAÇÃO	UF	SÓCIOS
1 Assoc. dos Professores do Ensino Oficial de S. Paulo	SP	150.386
2 Sind. Trab. Ind. Metalúrgicas do ABC	SP	94.497
3 Centro dos Professores do Estado - Sind. Trab. Educ.	RS	82.792
4 Sind. dos Bancários de São Paulo	SP	69.943
5 Sind. Único Trab. Em Educação	MG	48.000
6 Sind. dos Previdenciários	RJ	39.000
7 Sind. dos Professores das Redes Pub. Estadual e Municipal	PR	38.792
8 Sind. dos Bancários	RJ	37.000
9 Sind. Est. dos Profissionais em Educação	RJ	34.200
10 Sind. Trab. em Educação - APLB	BA	33.185
11 Sind. Trab. Ind. Urbanas	RJ	26.835
12 Sind. dos Professores	DF	26.539
13 Sind. Trab. em Educação	PE	26.385
14 Sind. dos Professores	MG	25.232
15 Afuse - Sind. Func. Serv. da Educação	SP	25.138
16 Sind. Serv. Pub. em Saúde	SP	25.000
17 Sind. Trab. em Educação	AL	23.148
18 Sind. Trab. Ind. Metalúrgicas	SP	21.285
19 Sind. dos Profissionais em Ed. no Ensino Municipal	SP	20.600
20 Sind. Serv. Pub. Municipais	SP	19.651
21 Sind. Serv. Pub. Federais	DF	19.300
22 Sind. Trab. em Educação Pública	ES	18.171
23 Sinttel	RJ	18.133
24 Sind. Trab. Ind. Metalúrgicas	SP	17.854
25 Sind. Bancários	BA	17.500
TOTAL		958.566

Fonte: CUT/1997

Nesta nova relação 13 sindicatos são de trabalhadores em educação (um deles de profissionais da rede particular), três de bancários, três de metalúrgicos, um de previdenciários, um de servidores públicos em saúde, um de servidores públicos federais, um de servidores públicos municipais, um de trabalhadores em indústrias urbanas e um de trabalhadores em telecomunicações.

No que se refere ao crescimento da taxa de sindicalização dos 25 maiores sindicatos cutistas, entre 1993 e 1997, também verificamos que os grandes responsáveis pelo crescimento do sindicalismo-CUT, entre os maiores

sindicatos filiados à Central, foram os servidores públicos e empregados de empresas estatais. A maioria absoluta dos sindicatos do setor público aumentou o número de sócios entre julho de 1993 e novembro de 1997. Inversamente, a maioria dos sindicatos do setor privado apresenta decréscimo no número de seus filiados, exceto o sindicato dos metalúrgicos do Rio de Janeiro.⁹

TABELA 13 - Taxa de crescimento dos 25 maiores sindicatos - CUT

SINDICATO OU ASSOCIAÇÃO	UF	SÓCIOS		(%)
		1993	1997	
Sind. dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro	RJ	17.000	28.000	64,7
Sind. dos Servidores da Educação (Sindfuse)	SP	18.025	25.904	43,7
Assoc. dos Professores do Ensino Oficial de S. Paulo	SP	105.000	150.386	43,2
Sind. dos Professores de Brasília	DF	20.720	27.044	30,5
Sind. dos Trab. de Água, Esgoto e Meio Ambiente	SP	13.917	17.000	22,2
Sind. dos Metalúrgicos de Porto Alegre	RS	14.000	16.000	14,3
Sind. dos Bancários de Recife	PE	14.757	16.696	13,1
Sind. dos Trab. em Educação de Natal	RN	14.070	15.871	12,8
Sind. dos Trab. em Educação de Salvador	BA	45.263	49.408	9,2
Sind. dos Eletricitários de Campinas (aprox.)	SP	15.000	16.199	8,0
Sind. Único dos Trabalhadores em Educação de BH	MG	47.326	50.000	5,7
Sind. dos Servidores Pub. Federais	DF	18.771	19.300	2,8
Sind. dos Previdenciários do Rio de Janeiro	RJ	40.229	40.512	0,7
Sind. dos Previdenciários de S. Paulo	SP	15.000	14.605	-2,6
Sind. dos Metalúrgicos de S. José dos Campos	SP	18.500	17.854	-3,5
Sind. dos Bancários de Porto Alegre	RS	18.700	17.588	-5,9
Sind. dos Metalúrgicos do ABC	SP	103.900	96.780	-6,9
Sind. dos Bancários de Belo Horizonte	MG	19.700	17.853	-9,4
Sind. dos Bancários do Rio de Janeiro	RJ	42.000	37.000	-11,9
Sind. dos Metalúrgicos de Contagem (aprox.)	MG	15.000	13.174	-12,2
Sind. dos Bancários de Salvador	BA	24.000	17.500	-27,1
Sind. dos Bancários de S. Paulo	SP	101.000	69.943	-30,7
Sind. dos Trab. em Transp. Rodoviário de Salvador	BA	21.284	11.000	-48,3
Sind. dos Trab. nas Ind. Quím. Plásticos de SP	SP	28.908	14.817	-48,7
Sind. dos Condutores de Veículos Rodoviários de SP	SP	44.000	-	-

Fonte: Martins Rodrigues (1997a); CUT/1997

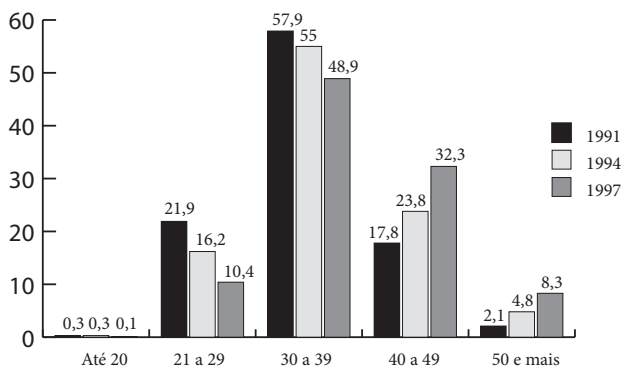
9. Em geral, os estudos do sindicalismo chamam atenção para as imprecisões referentes às taxas de sindicalização fornecidas pelos sindicatos, pois os funcionários e lideranças sindicais tendem a superestimar este dado. No caso do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro, por exemplo, há fortes indícios de que esta informação esteja superestimada. Conforme entrevista concedida, em 10.07 de 1999, por Luiz Chaves, presidente do sindicato, a José Ricardo Ramalho e Marco Aurélio Santana: “Regular e irregular deve estar em torno de 15, 16 mil. Para manter a casa você tem em torno de sete mil que paga em dia uma mensalidade de quatro reais e cinquenta centavos” (Ramalho e Santana, 1999).

O setor público no VI CONCURTO

A forte presença dos trabalhadores do setor público entre os sócios quites da Central proporciona a estes trabalhadores uma grande participação nas instâncias decisórias e organismos dirigentes da CUT. Os dados referentes ao VI Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores – VI CONCURTO – demonstram claramente o predomínio dos trabalhadores públicos (servidores e empregados em estatais) nos congressos da Central.

Contudo, antes de iniciarmos a análise da participação dos trabalhadores do setor público no VI CONCURTO, cumpre apresentar, de início, alguns dados referentes ao perfil dos congressistas:¹⁰

GRÁFICO 4 - Idade dos Delegados ao IV, V e V Concurtos (%)



Fonte: CUT/Unitrabalho – “Perfil e Opiniões dos Delegados ao VI CONCURTO”

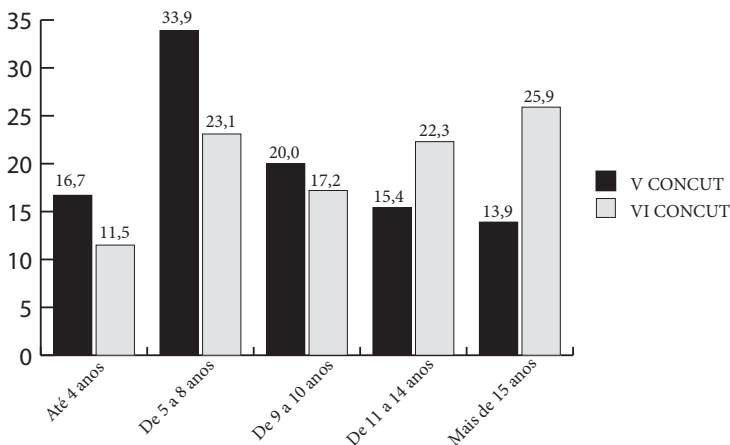
A análise dos dados referentes à “Idade dos delegados”,¹¹ nos três últimos congressos da CUT, confirma uma tendência decrescente da participação dos delegados mais jovens e, inversamente, o crescimento da participação dos delegados com mais de 40 anos (Desep/Cebrap – “Pesquisa Perfil e Opiniões dos Delegados ao V CONCURTO”). Do 4º para o 6º congresso da Central, a participação de delegados de até 20 anos diminuiu de 0,3% para

10. Os dados aqui apresentados referem-se ao I Relatório da Pesquisa *Perfil e Opiniões dos Delegados ao VI CONCURTO*, realizada pelo convênio CUT/FUNDAÇÃO UNITRABALHO, em agosto de 1997. Durante o congresso foram tabulados 1.604 questionários (87%), dos 1.840 recolhidos.

11. Conforme as reivindicações dos congressistas no VI CONCURTO, todos os gráficos foram exibidos originalmente especificando que se tratava do perfil e das opiniões dos delegados e delegadas. Entretanto, para fins deste livro, quando nos referimos aos delegados do VI CONCURTO estamos considerando, genericamente, ambos os sexos.

0,1%; entre 21 e 29 anos, de 21,9% para 10,4%; e de 30 a 39 anos, de 57,9% para 48,9%. Contrariamente, na faixa etária de 40 a 49 anos a participação que era de 17,8%, no 4º congresso, saltou para 32,3%; e a participação dos delegados de 50 anos ou mais quase quadruplicou: foi de 2,1% para 8,3% no VI CONCURTO. Observa-se, portanto, uma tendência de envelhecimento das lideranças sindicais cutistas, também acompanhada por um maior tempo de militância e maior permanência no aparelho sindical.

GRÁFICO 5 - Tempo de militância dos delegados (%)



Fonte: CUT/Unitrabalho – “Perfil e Opiniões dos Delegados ao VI CONCURTO”

Analisando os dados referentes ao “Tempo de militância dos delegados” percebemos, novamente, uma tendência de envelhecimento do perfil dos dirigentes da Central Única dos Trabalhadores e, conseqüentemente, o aumento da participação dos militantes mais experientes nos fóruns de decisão da Central: enquanto a porcentagem dos delegados com até 10 anos de militância diminuiu, a presença dos congressistas com mais de 11 anos de experiência no movimento sindical aumentou.

A proporção de delegados que possuem até 4 anos de militância diminuiu de 16,7% para 11,5%; de 5 a 8 anos, foi de 33,9% para 23,1%; e entre 9 e 10 anos, caiu de 20% para 17,2%. Inversamente, entre os delegados que possuem uma

experiência militante entre 11 e 14 anos a participação aumentou de 15,4% para 22,3%; e aqueles que militam a mais de 15 anos quase dobraram sua participação no congresso: de 13,9% saltaram para 25,9%.

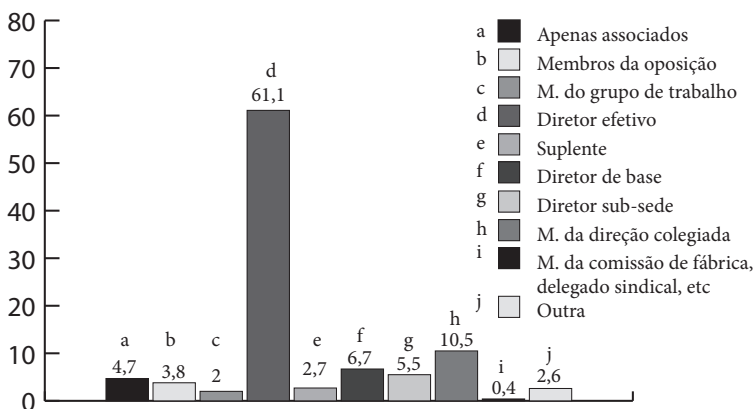
Em geral, os dados indicam que está havendo pouco espaço para a participação dos militantes mais novos nas instâncias deliberativas da Central e, provavelmente, pouca renovação do sindicalismo cutista. Segundo Jácome Rodrigues (1997), estaria consolidando-se na CUT a figura do sindicalista profissional, mais sintonizado com a nova fase que a Central está vivendo, em que se exige mais racionalidade técnica, pragmatismo nas negociações e diminuição do nível de conflito com empresários e governo: “um novo padrão de ação sindical, onde a confrontação começa a dar lugar à negociação” (Jácome Rodrigues, 1997:207).¹²

Apesar de concordarmos com a caracterização de “um novo padrão de ação sindical”, pensamos que seja difícil sustentar tal proposição apenas considerando os dados relativos à idade e tempo de militância dos delegados presentes nos congressos da Central. Como sabemos, geralmente os congressos da CUT são polarizados: de um lado, a corrente majoritária: Articulação Sindical e aliados; do outro, os grupos minoritários que fazem oposição à Articulação: MTS, ASS, CSC e outros. Assim, para termos certeza de que a idade dos delegados, o tempo de militância e a vinculação à instituição sindical estão relacionados com a moderação do comportamento político dos sindicalistas, teríamos que verificar se estas variáveis exercem semelhante influência sobre os sindicalistas das diversas correntes políticas representadas na CUT. Assim, deveríamos investigar, por exemplo, se os sindicatos dirigidos pelas correntes minoritárias também adotaram, no decorrer dos anos, uma postura mais pragmática. No entanto, os dados disponíveis no VI CONCUR não permitem a verificação desta hipótese.

Os dados aqui analisados também não permitem aferir se a força do “ethos socialista” diminuirá no interior da Central (Jácome Rodrigues, 1997:207). Aliás, cumpre observar que no VI CONCUR este *ethos* ainda esteve fortemente presente no discurso das tendências que se opõem às propostas da Articulação Sindical e que perfaziam quase 50% dos delegados presentes no congresso.

12. Sobre as mudanças no padrão de ação sindical, especialmente na década de 1990, ver também os trabalhos de Pochmann (1998) e Pochmann, Barreto e Mendonça (1998).

GRÁFICO 6 - Posição dos delegados na entidade (%)



Fonte: CUT/Unitrabalho – “Perfil e Opiniões dos Delegados ao VI CONCUT”

A grande maioria dos delegados no VI CONCUT era composta de diretores efetivos dos sindicatos: 61,1%. A participação de simples associados foi de apenas 4,7% dos delegados. Os 24,2% restantes dividiam-se em: membros de oposição (3,8%); membros de grupo de trabalho (2%); suplentes (2,7%); diretores de base (6,7%); diretores de sub-sede (5,5%); membros de comissão de fábrica e delegados sindicais (0,4%); membros de direção colegiada (10,5%)¹³ e outros (2,6%). Assim, se somarmos aos diretores efetivos à proporção de diretores de base, diretores de sub-sede e membros de direção colegiada, chegaremos ao total de 83,8% de delegados que exerciam cargo de direção em seus sindicatos.

Conforme Giannotti e Lopes Neto (1991), o alto índice de participação de diretores sindicais nos CONCUT(s) deve-se, essencialmente, às mudanças realizadas no estatuto da Entidade em seu III Congresso; entre elas, a eleição indireta para o congresso nacional da CUT e a escolha de delegados aos congressos regionais e estaduais considerando o número de sindicalizados, e não mais o número de trabalhadores na base como nos congressos anteriores.¹⁴

Contudo, é importante notar que no próprio III CONCUT, ou seja, antes das mudanças estatutárias, já era possível observar um significativo aumento da participação dos delegados de diretoria e, conseqüentemente,

13. Diretorias sindicais que não possuem cargos definidos, tais como os de presidente, vice-presidente, secretário, tesoureiro etc.

14. Os autores também chamam atenção para o condicionamento da participação das oposições cutistas nos congressos da central ao desempenho alcançado nas eleições sindicais (Giannotti e Lopes Neto, 1991).

o decréscimo de participação de delegados de base. Nestes termos, o III Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores parece apenas ter formalizado uma tendência que já estava presente no sindicalismo cutista.

TABELA 14 - Delegados por congresso

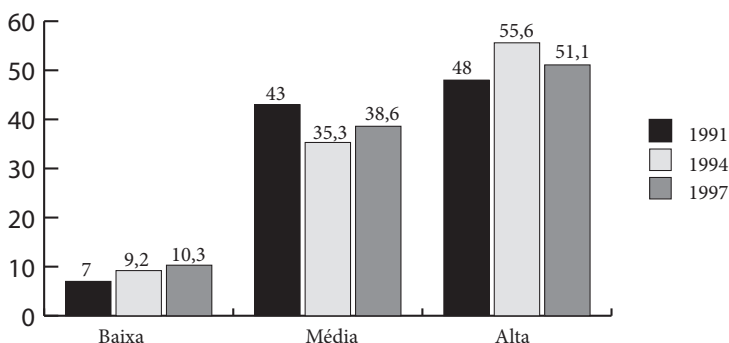
	DELEGADOS DE BASE (%)	DELEGADOS DE DIRETORIA (%)
I CONCURT	65,9	34,1
II CONCURT	70,5	29,5
III CONCURT	50,8	49,2
IV CONCURT	17,0	83,0
V CONCURT	20,0	80,0
VI CONCURT	16,2	83,8

Fonte: I, II e III CONCURT (s): Martins Rodrigues *et al.* (1991); IV e V CONCURT (s): Perfil e opiniões dos delegados ao V CONCURT (1996); VI CONCURT: Perfil e opiniões dos delegados ao VI CONCURT.

A maioria dos participantes do VI CONCURT possuía alta escolaridade (51,1%).¹⁵ Do IV para o VI congresso os delegados de baixa escolaridade aumentaram sua participação de 7% para 10,3%; os de média escolaridade diminuíram de 43% para 38,6%, apresentando seu índice mais baixo durante o V CONCURT: 35,3%; já os delegados de alta escolaridade, após aumentarem de 48% para 55,6%, do IV para o V congresso, caíram para 51,1% no VI CONCURT.

15. A escolaridade “Baixa” agrupa desde os que não possuem instrução até os que possuem primário completo; “Média”, os que têm entre ginásio incompleto até o colegial completo; e “Alta” os que possuem curso superior incompleto ou completo.

GRÁFICO 7 - Escolaridade dos delegados ao IV, V e VI CONCURSOS (%)



Fonte: CUT/Unitrabalho – “Perfil e Opiniões dos Delegados ao VI CONCURSO”

O aumento da participação dos delegados de baixa escolaridade no último congresso da CUT deve-se, provavelmente, ao aumento da participação da bancada de trabalhadores rurais, que saltou de 7,6% em 1994 para 13,7% em 1997 (Gráfico 9).

Ainda assim, o grau de escolaridade dos delegados no VI CONCURSO é alto, sobretudo quando comparado ao grau de escolaridade da população em geral. Em 1993, dos 40.432.449 estudantes brasileiros (divididos pelos diversos graus de escolaridade: baixa, média e alta), apenas 1.579.543 (4%) frequentavam curso superior. Mesmo na região mais desenvolvida do País (Sudeste), menos de 20% do total de estudantes cursavam o 3º grau (*Anuário Estatístico do Brasil*, IBGE, 1995). No Estado de São Paulo, nesse mesmo ano, de 525.539 alunos matriculados nesse nível de ensino, apenas 85.915 (16%) concluíram o curso (*Anuário Estatístico do Estado de São Paulo*, SEADE, 1994).

É importante registrar ainda que pouco mais de 1% da população brasileira (*Brasil em Exame*, setembro de 1997) alcança o grau de escolaridade exibido por mais de 50% dos sindicalistas presentes no VI CONCURSO. Neste sentido, os dados do VI Congresso Nacional da CUT reforçam a hipótese de Martins Rodrigues (1993:34) de que a militância sindical tende a ser assumida por trabalhadores de maior escolaridade. No entanto, é importante notar que o alto grau de escolaridade dos delegados presentes nos congressos da CUT também está relacionada à forte presença do setor público nestes eventos.

TABELA 15 - Grau de instrução segundo o ramo de atividade econômica dos delegados V CONCURTO

RAMO DE ATIVIDADE	BAIXA	MÉDIA	ALTA	TOTAL	N
Educação	0,3	8,6	91,1	100,0	371
Financeiro	0,0	20,3	79,7	100,0	202
Funcionalismo	1,5	24,2	74,3	100,0	132
Saúde	2,5	33,6	63,9	100,0	119
Urbanitários	2,9	44,3	52,8	100,0	70
Transportes	28,6	44,9	26,5	100,0	49
Metalúrgicos	13,2	64,8	22,0	100,0	159
Construção	42,0	48,0	10,0	100,0	50
Rurais	46,6	45,2	8,2	100,0	146

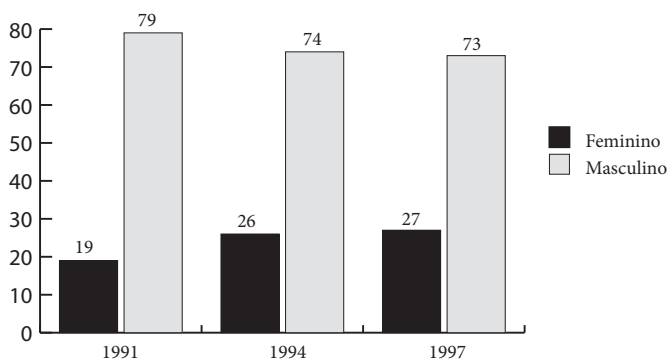
Fonte: Desep/Cebrap - Pesquisa Perfil e Opiniões dos Delegados ao V CONCURTO

Como vemos, são justamente nos ramos de atividades em que o setor público tem maior presença que o grau de escolaridade é maior. Conforme dados da pesquisa *Perfil e Opiniões do Delegados ao V CONCURTO*, publicada em agosto de 1996, 89,8% dos delegados do ramo da educação, 89,3% da saúde, 95,6% dos urbanitários e 64,1% do financeiro, eram originários do setor público (Tabela 7). Como podemos verificar, são justamente estes ramos de atividades, ao lado do funcionalismo público, que apresentam maior grau de escolaridade; contrastando, assim, com os ramos de transportes, metalúrgicos, de construção civil e rurais, nos quais a maioria dos delegados possuía baixa e média escolaridade.

Ainda cumpre notar, como já o fez Jácome Rodrigues (1997), que o alto grau de escolaridade dos trabalhadores do setor de serviços, especialmente do setor público, também deve contribuir para que estes trabalhadores tenham “uma maior participação militante no sindicalismo-CUT” (Jácome Rodrigues, 1997:179). Neste sentido, é digna de nota a participação dos trabalhadores do setor público na composição de grupos de trabalho e na coordenação de eventos políticos e sindicais realizados pela Central. No VI CONCURTO, por exemplo, entre os nove membros da Coordenação Nacional do Congresso, oito eram trabalhadores do setor público: Mônica Valente (psicóloga) – Secretaria da Saúde do Governo do Estado de São Paulo; Marcelo Sereno (economista) – Companhia Vale do Rio Doce; Sandra Cabral (professora) – Secretaria da Educação do Governo do Estado de Goiás;

João Felício (professor) – Secretaria da Educação do Governo do Estado de São Paulo; Sérgio Barroso (médico) – SSSS-Fusal; Maria da Consolação Rocha (professora) – Prefeitura Municipal de Belo Horizonte – MG; Dirceu Travesso (bancário) – Caixa Econômica do Estado de São Paulo; Luiz Bicalho (servidor público) – Ministério da Fazenda – Governo Federal.¹⁶

GRÁFICO 8 - Sexo dos Delegados (%)



Fonte: CUT/Unitrabalho – “Perfil e Opiniões dos Delegados ao VI CONCURTO”

Os dados referentes à participação dos delegados nos três últimos congressos nacionais da CUT, discriminados por sexo, demonstram que houve um aumento significativo da participação feminina do IV para o VI CONCURTO: de 19% para 27%, sendo que o grande salto ocorreu no V CONCURTO: um aumento de 7% da bancada feminina em relação ao congresso anterior.¹⁷ Considerando a participação das delegadas no VI CONCURTO, por ramo de atividade, percebemos que é no setor público que encontramos o maior contingente de delegadas. As mulheres representam 49,8% dos delegados da educação, 48,3% da saúde e 35% da administração pública.¹⁸

16. O único representante do setor privado na coordenação era o sindicalista Remigio Todeschini do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Químicas, Petroquímicas e Plásticas do ABC-SP.

17. É importante registrar que a partir do V CONCURTO foi implantado o percentual de quotas nas instâncias da Central, garantindo às mulheres 30% de participação na direção da CUT.

18. Certamente esta significativa participação das mulheres do setor público na CUT também está relacionada à crescente participação feminina na administração pública, especialmente no setor de serviços sociais. Nogueira apresenta, por exemplo, os seguintes dados referentes ao emprego no setor público: “Nas áreas sociais as mulheres ocupavam, em 1980, 57,4% do emprego na previdência social, 65,9% nos serviços médicos e 84,5% dos serviços educacionais como professoras de escolas públicas; do total dos diretores e

TABELA 16 - Delegados por ramo de atividade - VI CONCURTO

RAMOS	DELEGADOS	%	HOMENS	%	MULHERES	%
Administração Pública	217	10,2	141	65,0	76	35,0
Alimentação	23	1,1	21	91,3	2	8,7
Comerciários	77	3,6	61	79,2	16	20,8
Comunicações	62	2,9	51	82,3	11	17,7
Construção Civil	51	2,4	48	94,1	3	5,9
Difusão Artística e Cultural	4	0,2	4	100,0	0	0,0
Educação	560	26,2	281	50,2	279	49,8
Extração Mineral	6	0,3	6	100,0	0	0,0
Financeiro	192	9,0	152	79,2	40	20,8
Informática	18	0,8	16	88,9	2	11,1
Metalúrgicos	213	10,0	198	93,0	15	7,0
Profissionais Liberais	3	0,1	3	100,0	0	0,0
Químico/Petroquímico	84	3,9	79	94,0	5	6,0
Rurais	249	11,7	217	87,1	32	12,9
Seguridade Social	176	8,2	91	51,7	85	48,3
Transportes	77	3,6	70	90,9	7	9,1
Urbanitários	93	4,4	84	90,3	9	9,7
Vestuário	30	1,4	23	76,7	7	23,3
Outros	1	0,0	0	0,0	1	100,0
Totais	2136	100,0	1546	72,4	590	27,6

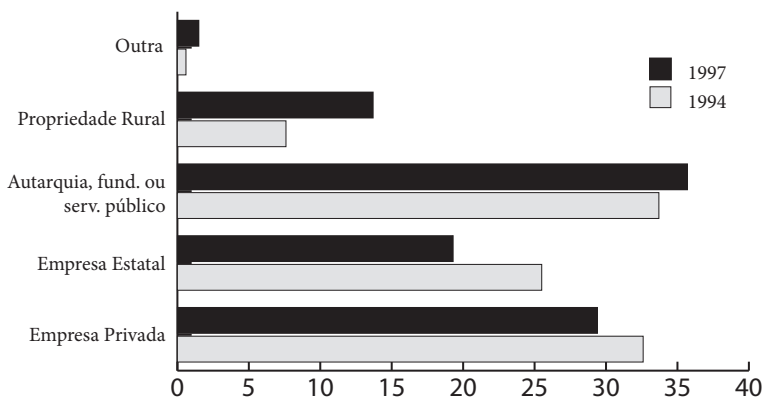
Fonte: Desep/Cebrap – “Pesquisa Perfil e Opiniões dos Delegados ao V CONCURTO”

chefes dos serviços sociais 69,8% eram mulheres” (1996:101).

Também é importante registrar que entre o I e o V CONCURTO todas as mulheres que participaram da executiva nacional da CUT eram do setor público. Foi apenas no VI CONCURTO que, pela primeira vez na história da Central, as mulheres do setor privado chegaram à direção da Entidade (Ver quadros 1 e 2). Contudo, comparando a participação das mulheres no VI CONCURTO e a sua presença na população economicamente ativa – 40,4%, segundo dados do DIEESE (1996:77) – constatamos que a participação das mulheres na vida associativa ainda está aquém do aumento da população feminina no mercado de trabalho.

Feita esta primeira caracterização do perfil dos delegados no VI CONCURTO, passamos então a analisar, mais especificamente, a origem desses delegados segundo o setor de atividade econômica. O primeiro dado a ser analisado refere-se ao “Tipo de empresa em que trabalham os delegados”:

GRÁFICO 9 - Tipo de empresa em que trabalham os delegados (%)



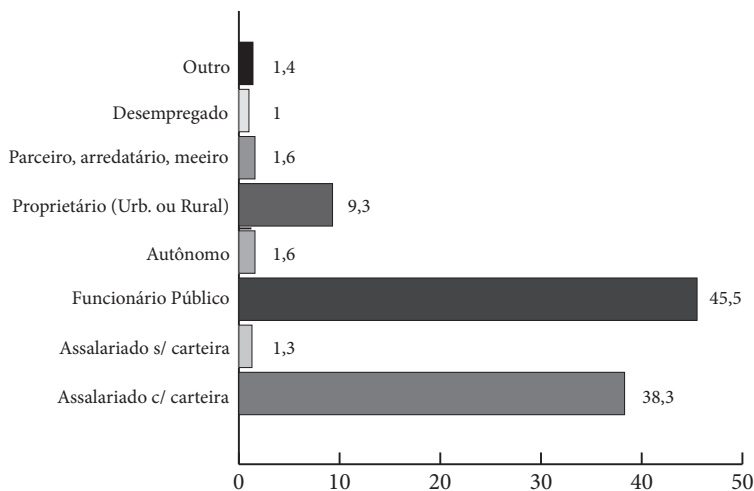
Fonte: CUT/Unitrabalho – “Perfil e Opiniões dos Delegados ao VI CONCURTO”

Analisar o “Tipo de empresa em que trabalham os delegados” aos congressos da CUT é particularmente importante para esta pesquisa. Aqui constatamos que, somando a porcentagem dos trabalhadores em empresas estatais (19,3%) com os servidores públicos (35,7%), percebe-se que a maioria absoluta (55%) dos delegados presentes no VI CONCURTO pertencia ao setor público (empresas estatais, autarquia, fundação ou serviço público).

Também é importante registrar que, entre o V e o VI CONCURTO, apenas os servidores públicos e os trabalhadores rurais apresentaram crescimento em suas bancadas. Os servidores públicos aumentaram sua participação de 33,7% para 35,7%; já os trabalhadores rurais praticamente duplicaram sua participação em relação ao congresso anterior, saltando de 7,6% para

13,7%. Os demais delegados sofreram decréscimo em sua participação: os trabalhadores de empresas privadas diminuíram de 32,6% para 29,4% e os trabalhadores de empresas estatais caíram de 25,5% para 19,3%.¹⁹

GRÁFICO 10 - Tipo de vínculo de emprego dos delegados (%)



Fonte: CUT/Unitrabalho – “Perfil e Opiniões dos Delegados ao VI CONCURTO”

No que se refere ao “Tipo de vínculo de emprego dos delegados” no VI CONCURTO, nada menos que 45,5% deles eram de funcionários públicos; 38,3% de assalariados com carteira assinada (empresas privadas e estatais); e 9,3% de proprietários urbanos e rurais. Os 6,9% restantes dividem-se entre assalariados sem carteira (1,3%); autônomos (1,6%); parceiros, arrendatários e meeiros (1,6%); desempregados (1%) e outros (1,4%).

Há, contudo, uma incompatibilidade entre os dados referentes ao “Tipo de empresa em que trabalham os delegados” (Gráfico 9) e o “Tipo de vínculo de emprego dos delegados” (Gráfico 10): 35,7% dos delegados responderam que eram empregados em autarquias, fundações e serviço público, porém,

19. Uma das explicações possíveis para a queda da participação dos trabalhadores de empresas privadas é o difícil momento pelo qual a organização sindical está passando neste setor com redução dos postos de trabalho, aumento dos empregos precários, terceirização, desregulamentação do mercado de trabalho, aumento do desemprego, mudanças que, em geral, contribuem para o enfraquecimento da atividade e do associativismo sindical. No caso do setor produtivo estatal, é provável que a queda da participação dos delegados deste setor esteja relacionada à política de “redução” do quadro funcional das empresas estatais e aos programas de privatizações.

quando consideramos o vínculo de emprego dos delegados, a porcentagem dos que responderam ser funcionários públicos é de 45,5%.

O problema deve-se, provavelmente, à forma como a questão referente ao vínculo de emprego foi formulada. Não havia uma opção clara para os trabalhadores em empresas estatais e, sendo assim, parte considerável dos trabalhadores dessas empresas responderam que eram funcionários públicos, e não assalariados com carteira assinada, como era esperado pelos coordenadores da pesquisa.²⁰ Não obstante a ambiguidade da resposta, o fato de parte dos empregados em empresas estatais identificarem-se como servidores públicos acaba por confirmar a proximidade de vínculo profissional entre aqueles que trabalham, direta ou indiretamente, para o Estado.

Participação do setor público na direção da CUT

A crescente participação dos trabalhadores do setor público (serviços e empresas estatais) nas instâncias deliberativas da CUT, especialmente nos congressos estaduais e nacionais, foi acompanhada por um significativo crescimento da participação das entidades sindicais que representam estes trabalhadores nos órgãos de direção da Central.

20. Como já tivemos oportunidade de mencionar, há na literatura acadêmica, especialmente jurídica, um amplo debate sobre a definição de servidor público e a possibilidade de inclusão dos empregados em empresas públicas nesta definição (Pessoa, 1995). Entretanto, neste livro, assim como Singer (1977:75), consideramos que “o critério que distingue o setor das Atividades Governamentais do de Mercado é econômico e não jurídico”. Neste caso, servidores públicos seriam aqueles que trabalham em “atividades governamentais” que não visam ao lucro, ou seja, “forças armadas, polícia, tribunais, escolas públicas, hospitais públicos, previdência social, burocracia financeira e administrativa do Estado, tecnocracia do planejamento e controle, diplomacia etc”; enquanto os empregados em empresas públicas trabalham em atividades em que o Estado, como empregador, atua (ou atuava) na mesma lógica da iniciativa privada, ou seja, visando ao lucro, ou seja, “Petrobrás, Cia. Siderúrgica Nacional, Rede Ferroviária Federal, Empresa Brasileira de Telecomunicações etc”.

TABELA 17 - Executiva Nacional da CUT por Setor de Atividade

	SETOR PÚBLICO				SETOR PRIVADO				
	Serviços		Estatais		Urbanos		Rurais		Total
	N	%	N	%	N	%	N	%	
I CONCLAT	1	6,67	2	13,33	8	53,33	4	26,67	15
I CONCUT	2	13,33	1	6,67	8	53,33	4	26,67	15
II CONCUT	3	20,00	1	6,67	8	53,33	3	20,00	15
III CONCUT	3	20,00	2	13,33	9	60,00	1	6,67	15
IV CONCUT	7	28,00	2	8,00	14	56,00	2	8,00	25
V CONCUT	10	40,00	3	12,00	11	44,00	1	4,00	25
VI CONCUT	8	32,00	4	16,00	11	44,00	2	8,00	25

Fontes: I Conclat, I, II, III Concut: Martins Rodrigues (1990); IV Concut: Resoluções V Concut: Resoluções (1994); VI Concut: Resoluções

Os sindicatos que representam, predominantemente, trabalhadores do setor público (serviço público e empresas estatais) mais do que dobraram sua participação na executiva nacional da CUT – saltaram de 20% no I CONCLAT para 48% no VI CONCUT. No setor privado (urbano e rural), a participação dos sindicatos urbanos na executiva da CUT apresentou um decréscimo de 9,3%, no mesmo período. Os sindicatos rurais foram os que mais perderam cargos na executiva cutista: ocupavam 26,67% dos cargos no congresso de fundação da Central; e na diretoria da gestão 1997-2000 ocupam apenas 8%. Ao que tudo indica, a mudança de critério de eleição dos delegados aos congressos da CUT, realizada em 1988, não apenas contribuiu para diminuir a presença dos trabalhadores rurais nos congressos cutistas e aumentar a participação dos trabalhadores do setor público, como também proporcionou o aumento do peso do setor público em detrimento do setor rural na direção da ENTIDADE.

Neste caso, cumpre observar na Tabela 17, que, exceto no IV CONCUT, quando houve um aumento do número de diretores executivos, toda vez que a participação do setor público aumentou na direção da Central, a participação dos rurais diminuiu. Inversamente, no VI CONCUT, quando diminuiu a participação do setor público, aumentou a participação dos rurais na direção da CUT.

A forte presença do setor público na direção da CUT fica ainda mais evidente quando consideramos o vínculo de emprego dos dirigentes que compõem a executiva nacional da Central. Vejamos as executivas eleitas no V e VI CONCUT(s):

QUADRO 1 - Direção Executiva Nacional da CUT (1994/1997)

CARGO	NOME	PROFISSÃO	SETOR	UF
Presidente	Vicentinho	Metalúrgico	PRIVADO	SP
Vice	Tortelli	Agricultor	RURAL	RS
Sec. Geral	Vaccari	Bancário	ESTATAL	SP
1º Secretário	Marcelo Borges	Economista	ESTATAL	RJ
Tesoureiro	Remigio Todeschini	Tec. seg. ocup.	PRIVADO	SP
1º Tesoureiro	Wagner Gomes	Metroviário	ESTATAL	SP
Sec. Rel. Intern.	Kjeld	Téc. Eletrotécnica	ESTATAL	SP
Sec. Pol. Sind.	Jorginho	Sapateiro	PRIVADO	SP
Sec. Form.	Mônica Valente	Psicóloga	PÚBLICO	SP
Sec. Imp. Divulgação	Aloísio Barroso	Médico	PÚBLICO	-
Sec. Pol. Sociais	Sandra Cabral	Professora	PÚBLICO	GO
Sec. Organização	José Maria	Metalúrgico	PRIVADO	MG
Diretores executivos:				
1	Jacy A Mello	Bancária	ESTATAL	DF
2	João Felício	Professor	PÚBLICO	SP
3	Isabel Cristina	Aux. Enfermagem	PÚBLICO	PR
4	José Cabral	Tec. Inform.	ESTATAL	PE
5	Magda Caiofa	Bancária	ESTATAL	MG
6	Luiz A Martins	Eng. Telecom.	ESTATAL	RJ
7	Aline M Portugal	Farmacêutica	PÚBLICO	BA
8	Marcelinho	Oper. de Lab.	PRIVADO	MG
9	Júnia Gouveia	Serv. Publ. Fed	PÚBLICO	SP
10	Maria da Consolação	Professora	PÚBLICO	MG
11	Rita Lima	Bancária	ESTATAL	ES
12	Luiz R Bicalho	Serv. Publ. Fed.	PÚBLICO	DF
13	Pedro Ivo Batista	Bancário	ESTATAL	CE

Fonte: Resoluções do V CONCURTO

QUADRO 2 - Direção Executiva Nacional da CUT (1997/2000)

CARGO	NOME	PROFISSÃO	SETOR	UF
Presidente	Vicentinho	Metalúrgico	PRIVADO	SP
Vice	Vaccari	Bancário	ESTATAL	SP
Sec. Geral	João Felício	Professor	PÚBLICO	SP
1º Secretário	José Cabral	Tec. inform.	ESTATAL	PE
Tesoureiro	Remigio Todeschini	Tec. seg. ocup.	PRIVADO	SP
1º Tesoureiro	*	*	*	*
Sec. Rel. Intern.	Kjeld	Téc. Eletrotécnica	ESTATAL	SP
Sec. Pol. Sind.	*	*	*	*
Sec. Form.	Tortelli	Agricultor	RURAL	RS
Sec. Imp. Divulgação	Sandra Cabral	Professora	PÚBLICO	GO
Sec. Pol. Sociais	Pascoal Carneiro	Metalúrgico	PRIVADO	BA
Sec. Organização	Marcelo Borges	Economista	ESTATAL	RJ
Diretores executivos:				
1	Antônio C. Spis	Petroleiro	ESTATAL	SP
2	Gilda Almeida	Farmacêutico	PRIVADO	SP
3	Jorge Luiz Martins	Sapateiro	PRIVADO	SP
4	José Maria	Metalúrgico	PRIVADO	MG
5	Júlio Turra	Professor	PRIVADO	SP
6	Júnia Gouveia	Serv. Pública	PÚBLICO	SP
7	Lujan M. B. Miranda	Professora	PÚBLICO	PI
8	Luzia O. Fati	Agricultora	RURAL	PA
9	Mônica Valente	Psicóloga	PÚBLICO	SP
10	Paulo F. Coutinho	Bancário	ESTATAL	ES
11	Pedro Ivo	Bancário	ESTATAL	CE
12	Rafael F. Neto	Professor	PÚBLICO	SP
13	Rita de Cássia	Metalúrgica	PRIVADO	MG
14	Silvana Klein	Serv. Pública	PÚBLICO	RS
15	Wagner Gomes	Metroviário	ESTATAL	SP

Fonte: Resoluções do VI CONCURTO

Como podemos verificar, apesar de divididos pelos diversos ramos de atividade, a grande maioria dos dirigentes cutistas é do setor público (servidores e empregados de estatais). Na executiva eleita no V CONCURTO os funcionários públicos e empregados de estatais representavam 76% (19 dos 25 diretores). E na executiva da gestão 1997-2000, eles ainda são a maioria: 60% (15 dos 25 dirigentes).

O setor público também cumpre papel de destaque nas executivas estaduais da CUT, como podemos observar no Quadro 3.

QUADRO 3 - Relação dos Presidentes das CUT (s) Estaduais por Sindicato
(1997/2000)

UF	NOME	SINDICATO
AC	Plácido Teixeira Figueiredo Leite	Sindicato dos Trabalhadores em Educação
AL	José Évio Lopes Lima	Sindicato dos Servidores Públicos Federais
AM	Edilon Melo de Queiroz	Sindicato dos Metalúrgicos de Manaus
AP	Errolflynn de Souza Paixão	Sindicato dos Servidores Públicos Federais
BA	Luís Denis Graça Soares	Sinergia
CE	Antonio Eudes Xavier	Comerciários de Fortaleza
DF	José Lucymar Zunga Alves Lima	Sinttel
ES	Martin José Covre	Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de Vitória
GO	José Antonio de Oliveira	Sinttel
MA	Raimundo Monteiro dos Santos	Sindicato dos Servidores Públicos Federais
MG	Paulo Cesar Funghi	Metalúrgicos de BH e Contagem
MS	Antonio Carlos Biffi	Federação dos Trab. em Educação do Mato Grosso do Sul
MT	Orency Francisco da Silva	Bancários do Mato Grosso
PA	Advoncil Candido Siqueira	STR de Ourilândia do Norte
PB	Hamarabi Duarte	Sinttel
PE	Jorge Pedro Caggiano Peres	Bancários de Pernambuco
PI	João de Deus Souza	Sindicato dos Trabalhadores da Educação Básica
PR	Roberto Vans Olsten	Bancários de Curitiba
RJ	Alcebíades de Souza Teixeira Filho	Sinpro/RJ

RN	João Batista de Lima Filho	Sindicato dos Previcenciários
RO	Jorge Alfredo Streit	Bancários de Rondônia
RS	Francisco Jorge Vicente	Metroviários de Porto Alegre
SC	Valdeci José da Silva	Trabalhadores do Vestuário e Calçados de Criciúma
SE	Francisco Gualberto da Rocha	Sindipetro
SP	José Lopes Feijoó	Metalúrgicos do ABC
TO	Wilmar Mendes	STR de Colinas

Fonte: Informa CUT, n.º 267, agosto de 1997

Entre os 27 presidentes eleitos nos congressos estaduais da CUT, 17 (67%) eram trabalhadores do setor público (serviços ou empresas estatais).²¹ Neste caso, é importante destacar que todos os bancários eleitos eram funcionários de bancos públicos: Orenco Francisco da Silva – Caixa Econômica Federal, Jorge Pedro Caggiano Peres – Banco do Brasil, Roberto Vans Olsten – Banestado, Jorge Alfredo Streit – Banco do Brasil.

A presença dos trabalhadores do setor público nas direções estaduais da CUT é significativa, sobretudo, nos Estados menos industrializados. Apesar de não contarmos com informações completas, a partir dos dados apresentados por Nogueira (1999:63) podemos concluir que, ao lado dos rurais, os trabalhadores do setor público foram de fundamental importância para a implantação e consolidação da estrutural nacional da CUT.

21. Incluindo a recém criada CUT – Roraima.

TABELA 18 - Membros das Executivas Estaduais da CUT por setores ocupacionais

ESTADO	T.I.	T.R.	A.C.M.	T.B.S.	PF. & FN.	ED. & SD.	TOTAL
São Paulo	12	1	5	3	3	0	24
R. Grande do Sul	5	3	4	7	1	2	22
Rio de Janeiro	1	2	7	3	2	3	18
Paraná	0	2	15	0	3	3	23
Minas Gerais	3	1	3	1	9	0	17
Pernabuco	1	3	7	4	9	0	24
Mato Grosso	0	2	7	4	9	1	23
Amazonas	9	1	0	0	8	1	19
Bahia	4	4	2	1	4	2	17

Obs.: T.I. (trabalhador industrial); T.R. (rural); A.C.M. (assalariado médio); T.B.S. (trab. de base em serviços); Pf. & Fn. (professores e funcionários públicos) e Ed. & Sd. (funcionários da educação e saúde pública).

Fonte: PRODA CUT, Listagem dos cadastros de 22-08-1994, *apud* Nogueira (1998).

Conforme é possível observar na Tabela 18 a presença do setor público nas executivas estaduais da CUT tende a ser maior nos Estados de Minas Gerais (52,94%), Mato Grosso (43,48%), Amazonas (47,37%), Pernambuco (37,50%) e Bahia (35,29%). No Paraná e no Rio de Janeiro, o funcionalismo ocupa pouco mais de 25% dos cargos das executivas estaduais. No Rio Grande do Sul e em São Paulo a participação dos servidores nas executivas cutistas é inferior a 15%.²²

Finalmente, é importante registrar que o peso do sindicalismo do setor público nos organismos deliberativos da CUT já chamava a atenção das principais lideranças cutistas do setor privado. É o que podemos notar no depoimento do então presidente da Central, Vicente Paulo da Silva:

É preciso explicar que 75% dos trabalhadores filiados às nossas centrais são do setor privado urbano e rural. E 25% do setor público e estatal. Na direção da CUT, a maioria é de companheiros do setor público e estatal. Embora eles se comportem como dirigentes de todos os trabalhadores, no próximo congresso vamos tentar fazer uma direção representativa de nossa base. Não vamos assumir uma posição meramente corporativa. Se isso acontecer, estaremos fadados ao fracasso. (*Revista Veja*, 31 de janeiro de 1996)

22. Cumpre observar que na Tabela 17 não é possível identificar quantos dirigentes cutistas são funcionários de empresas estatais. Portanto, a presença do setor público nas executivas estaduais cutistas está, muito provavelmente, subestimada.